

O presente texto surge de uma inquietação teórica despertada a partir da leitura dos especialistas em algumas sociedades pré-capitalistas nas quais o dinheiro ainda não existia em seu sentido pleno. Talvez a única concordância possível com o trabalho de um egiptólogo como David Warburton seja quando ele afirma que “uma tendência marcante nos egiptólogos é acreditar que eles entendem a teoria econômica moderna”¹. O reflexo disto em grande parte dos trabalhos de economia egípcia é a projeção das estruturas capitalistas no passado, feita sem qualquer tipo de crítica e, desta maneira, naturalizando determinadas características deste modo de produção como algo anistórico. O que pretendo aqui é fazer uma pequena reflexão teórica e levantar algumas questões, na esperança de que o diálogo neste encontro me ajude a encontrar um caminho para a pesquisa das trocas na sociedade faraônica, em especial aquelas documentadas nas fontes da comunidade de Deir el-Medina.

É provável que o trabalho mais influente no estudo da economia egípcia nos últimos 20 anos tenha sido o capítulo “Nascimento do *Homo Oeconomicus*” de Barry Kemp², identificado por Ben Haring como um “ponto de virada na egiptologia”³. Mesmo sendo um dos egiptólogos mais qualificados em atuação atualmente, Kemp é um daqueles que poderiam ser enquadrados na afirmação de Warburton. Aqui é preciso fazer uma ressalva: o campo da egiptologia é marcado por uma formação de base arqueológica e lingüística, em detrimento de uma tradição historiográfica e sociológica. Assim, por mais que os conhecimentos da maioria dos egiptólogos interessados na economia possam passar pela economia política, poucos são aqueles que a estudam de fato e quase nenhum se aventura no campo da crítica da economia política elaborada por Marx. Pode ser uma confissão de ignorância, mas sou capaz de contar em apenas uma das mãos os egiptólogos que conheço que são influenciados pelo marxismo e, recentemente, perdemos uma enorme porcentagem deles com o falecimento do Prof. Ciro Cardoso.

Voltando ao trabalho de Barry Kemp, sua ignorância acerca do funcionamento da economia moderna – que ele afirma seguir o mesmo princípio geral da egípcia – fica expressa perfeitamente na seguinte citação:

¹ WARBURTON, D. “Economic Thinking in Egyptology”. *Stuiden zur Altägyptischen Kultur*. Nd. 26. 1998. p. 144.

² KEMP, B. *El Antiguo Egipto. Anatomía de una Civilización*. Barcelona: Crítica, 1992.

³ HARING, B. “Economy”. *UCLA Encyclopedia of Egyptology*. p. 11.

O conceito personalíssimo de “valor” – por acaso se crê que algo tem um preço determinado? – apresenta uma limitação global em qualquer estratégia de mercado e a relação entre oferta e demanda atua dentro deste [mercado] com uma intensidade que varia segundo as circunstâncias. (...) A maneira como se formam os valores é, no fundo, uma questão psicológica que se encontra totalmente fora do âmbito da economia, a qual só existe como uma disciplina vigorosa e moderna porque tem que produzir regularidades estatísticas a partir de casos suficientes de um fenômeno.⁴

Algumas páginas depois, Kemp mostra claramente sua tendência a naturalizar a racionalidade econômica capitalista:

O conceito abstrato de obter um benefício com uma venda é uma racionalização do que acontece ao se fazer uma transação proveitosa, ao conseguir um bom preço. Isto pertence ao reino das estratégias intuitivas de sobrevivência que formam parte do ser humano.⁵

Há, como visto, uma grande confusão acerca de categorias básicas da economia política, como “valor” e “preço”, além da associação – estranha às sociedades capitalistas – entre obter um benefício e conseguir um bom preço, desconsiderando outros benefícios que poderiam ser nomeados como não-econômicos.

Como este texto não pode se alongar demais, eu vou trabalhar apenas com a categoria mais fundamental das duas confundidas por Kemp, o valor. A escolha deve-se também ao fato de que esta uma categoria fundamental para demonstrar a diferença entre as economias pré-capitalistas e aquela determinada pela lógica do capital.

A visão de Kemp sobre o valor parece ser mais tributária da antropologia do que da economia, tendo em vista que o estabelecimento do trabalho como gerador do valor já estava presente na fundação da teoria econômica moderna, com Adam Smith, tendo passado antes por fisiocratas etc, mas nunca tendo sido considerada como uma “questão psicológica”. Alguns antropólogos, por outro caminho, afirmam a existência de diferentes “regimes de valores” para explicar o fenômeno da equivalência nas trocas, que foi notado na Antiguidade por Aristóteles. Para Appadurai, por exemplo, o valor é criado na troca⁶. Isto é, em outras palavras, outra confusão entre valor e preço.

Vamos estabelecer uma definição rápida de preço como a forma do valor de troca quando expressa em dinheiro, seja qual for o produto utilizado como dinheiro. Desta maneira, em um

⁴ KEMP, B. *Op. Cit.* p. 318.

⁵ *Idem.* p. 320.

⁶ APPADURAI, A. “Introdução: Mercadorias e a Política de Valor”. In: APPADURAI, A. (Org.). *A Vida Social das Coisas. As Mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2010. pp. 15-87. Citação referente à p. 15.

exemplo retirado de Deir el-Medina, o preço de um boi era de 50 *deben* (medida de peso) de cobre⁷. O valor já é uma categoria mais complexa, também ligada à equivalência entre produtos, mas que demanda o estabelecimento de um equivalente universal.

Vejam como Marx trabalha com o conceito de valor. A princípio, a partir de sua definição de mercadoria, Marx trabalha com os conceitos de valor de uso e valor de troca. O primeiro está ligado diretamente à satisfação social de uma necessidade, já...

O valor de troca aparece, de início, como uma relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço.⁸

O processo de troca, portanto, é um processo no qual os valores de uso são abstraídos. As qualidades específicas das coisas desaparecem para possibilitar a equivalência quantitativa entre objetos diferentes. Dito de outra maneira, os trabalhos concretos que produziram cada uma das coisas são reduzidos a um único tipo de trabalho que, por conta deste caráter, não pode ter qualquer forma concreta, sendo, portanto, trabalho abstrato. Nas palavras de Marx,

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso.⁹

Para servir como elo de equivalência na troca de dois objetos de trabalhos distintos, o trabalho abstrato tem que ter um caráter quantitativo. Este é dado pelo tempo de trabalho necessário à produção da coisa.

O valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra.¹⁰

A produção dos mesmos objetos pode variar bastante em tempo dentro de uma dada sociedade. Desta maneira, o tempo individual de trabalho necessário não poderia contar para o estabelecimento do valor, porque mercadorias iguais produzidas de maneiras diferentes poderiam ter valores diferentes. Neste sentido, Marx afirma a determinação do valor pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Segundo ele,

⁷ Ostraca Petrie 3 citada em JANSSEN, J. *Commodity Prices from The Ramessid Period*. Leiden: Brill, 1975. p. 9.

⁸ MARX, K. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1986. p. 46.

⁹ *Idem*. p. 53.

¹⁰ *Idem*. p. 48.

Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com grau social médio de habilidade e de intensidade do trabalho.¹¹

Ao inserir a questão do trabalho na determinação do valor aparece claramente um corte na história das trocas relativo ao surgimento das condições necessárias ao aparecimento e funcionamento do capitalismo. Como modo de produção no qual os trabalhadores só têm acesso às suas as suas condições objetivas de reprodução através da troca de valores, a própria força de trabalho surge como mercadoria.

Quanto à apropriação do trabalho alheio que, como visto, aparece como uma troca no capitalismo, Marx afirma:

Não constitui mais surpresa, pois, descobrir que o sistema de valores de troca – a troca de equivalentes medidos em trabalho – transforma-se em apropriação do trabalho alheio sem troca, a total separação do trabalho e da propriedade ou, então, revela esta apropriação como seu pano de fundo oculto. Pois as regras dos valores de troca e da produção de valores de troca, *pressupõem* a própria força de trabalho alheio como valor de troca. Isto é, pressupõem a separação da força viva de trabalho de suas condições objetivas; um relacionamento com estas – ou com sua própria objetividade – como propriedade de outrem (...).¹²

No contrário simétrico do que afirma Appadurai sobre a relação entre troca e valor, e muito distante do valor como fenômeno psicológico de Kemp, Marx deixa claro que é *a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca*.

A pergunta que deve ser feita agora é: se a troca de valores baseados no trabalho abstrato e, portanto, nos tempos de trabalho socialmente necessários é uma característica do modo de produção capitalista, o que podemos dizer sobre o pré-capitalismo? Ainda que Aristóteles tenha descoberto a comensurabilidade das trocas, Marx afirma que seria impossível mesmo para um gênio como ele perceber que a essência desta comensurabilidade era o trabalho abstrato. Tal impossibilidade dever-se-ia ao caráter diferenciado dos trabalhos na sociedade grega em consequência da desigualdade entre os homens, marcadamente com a escravidão.

O segredo da expansão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente

¹¹ *Idem.* p. 48.

¹² MARX, K. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. pp. 106-107.

pode ser decifrado quando o conceito da igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular.¹³

A partir dos estudos de sociedades primitivas, Godelier acreditou encontrar alguma referência ao trabalho como substância mesmo nas trocas não-mercantis, transpondo, de maneira pouco crítica, as normas do capitalismo para o pré-capitalismo. Numa explicação abstrata das trocas de dádivas, o marxista francês afirma:

Nos casos de permutas equilibradas de serviços e de trabalho (...) está tacitamente convencionado que se preste um dia de trabalho por um dia de trabalho que foi dado (...). A medida da reciprocidade é o tempo de trabalho. Se uma pessoa recebeu ajuda para arrotear um campo, retribuirá esta ajuda no dia em que o vizinho repara o teto. O que conta é menos a identidade concreta das tarefas do que a equivalência do dia de trabalho.¹⁴

No caso de sua análise clássica da sociedade baruya, da Papua Nova Guiné, há duas citações que apontam o mesmo. A primeira é uma declaração de um baruya acerca dos argumentos utilizados nas barganhas empreendidas quando das trocas com outras sociedades.

Quando barganhamos, o trabalho é invocado apenas como último recurso. Trabalho pertence ao passado, já foi quase esquecido. Nós só o trazemos a tona quando o outro homem vai longe demais.¹⁵

A partir desta declaração, segue a análise de Godelier:

A troca é estabelecida em um nível que expressa tanto a necessidade quanto o trabalho [labour] envolvido (ou o esforço para adquirir o recurso), mas o trabalho [labour] parece desempenhar um papel secundário; isto só pode ser definido como um tipo de mínimo abaixo do qual a taxa de troca não deve descer, enquanto a necessidade, a raridade do produto, poderia ser definida como o limite máximo atingível.¹⁶

As referências supracitadas apontam para uma espécie de percepção inconsciente dos valores como substâncias das trocas mesmo no pré-capitalismo. Uma posição contrária pode ser encontrada no instigante trabalho do historiador argentino Octávio Colombo sobre a lei do valor nas sociedades camponesas pré-capitalistas¹⁷.

¹³ *Idem.* p. 62.

¹⁴ GODELIER, M. “Antropologia Econômica”. In: GODELIER, M. *et Alii.* *Antropologia. Ciência das Sociedades Primitivas?* Lisboa: Edições 70, 1971. pp. 141-190. Citação referente às . pp. 166-167.

¹⁵ GODELIER, M. “‘Salt money’ and the circulation of commodities among the Baruya of New Guinea”. *Perspectives in Marxist Anthropology.* Cambridge: Cambridge University Press, 1977. pp. 127-151. Citação referente à p. 146.

¹⁶ *Idem.* p. 150.

¹⁷ COLOMBO, O. “La Ley del Valor en los Mercados Campesinos Precapitalistas”. Texto cedido pelo autor.

Primeiro, faz-se necessário ressaltar que a troca de valores equivalentes não rege as ações conscientes dos sujeitos nem no capitalismo. Os indivíduos efetuam suas partes nos intercâmbios guiados pelos movimentos dos preços, as expressões monetárias do valor, e não a partir de um cálculo consciente do tempo de trabalho socialmente necessário, este fato é entendido a partir de uma análise científica *post festum*. Desta maneira, no pré-capitalismo, a efetividade da lei do valor dependeria de mecanismos econômicos que, independente de qualquer grau de consciência, estabelecessem um vínculo orgânico entre produção e circulação.

No capitalismo, tal vínculo é dado pela centralidade da mercadoria. A transformação do trabalho em mercadoria fez com que esta pudesse chegar ao posto de mediador das relações sociais. A troca generalizada de mercadorias só pode ser feita através da abstração do trabalho como equivalente geral. Além disto, o baixo desenvolvimento das forças produtivas no pré-capitalismo fazia com que o próprio trabalho não fosse tomado como um ato puramente humano, tendo intervenção do mundo sobrenatural. O trabalho no Egito faraônico sequer poderia ser considerado livre para os padrões da Antiguidade se levada em conta a existência da corvéia. O próprio Marx apontou a diferença entre o trabalho escravo e livre como um impedimento para a constatação do valor.

Moishe Postone afirma que análise marxiana da mercadoria como relação social objetificada implica no fato de que no capitalismo o trabalho tem o caráter duplo de trabalho concreto e trabalho abstrato. Postone afirma que:

“Trabalho abstrato” não se refere simplesmente ao trabalho concreto em abstrato, ao “trabalho [*labour*]” em geral, mas é um tipo de categoria muito diferente. Ele significa que o trabalho [*labour*] no capitalismo também tem uma dimensão social única que não é intrínseca à atividade laboral como tal: ele não só medeia as relações humanas com a natureza, mas as relações sociais também. Desta maneira, ele constitui uma forma nova, quase-objetiva, de interdependência social. “Trabalho abstrato”, como uma função mediadora do trabalho historicamente específica, é o conteúdo, ou melhor, a “substância” do valor. (...) Então, suas objetificações – mercadoria, capital – são ambas produtos do trabalho concreto e formas objetificadas de mediação social. De acordo com esta análise, as relações sociais que melhor caracterizam a sociedade capitalista são muito diferentes, do ponto de vista qualitativo, das relações sociais evidentes – tais como relações de parentesco ou relações de dominação direta ou pessoal – que caracterizam as sociedades não-capitalistas.¹⁸

O aspecto acentuado por Postone da obra do Marx – mais especificamente d’*O Capital* – é a singularidade histórica dos conceitos de valor e trabalho abstrato que, para além do aspecto de

¹⁸ POSTONE, M. *Capital and Historical Change*. Artigo apresentado na conferência “Marxian Horizons: Critical Social Theory for the 21st Century” na Cornell University (Ithaca, NY), em 13 de março de 2004. p. 3. Grifos nossos.

trabalho generalizado usado como substância da equivalência nas trocas, têm funções de mediadores das relações sociais. Desta forma, a utilização da categoria “valor” no pré-capitalismo teria que ser diferente.

Falar de valor no pré-capitalismo é partir de uma visão retrospectiva na qual já conhecemos a forma mais desenvolvida desta categoria. O próprio Marx afirma:

(...) a categoria econômica mais simples, digamos, o valor de troca, supõe a população, população produzindo em relações determinadas; [supõe] também um certo tipo de família – ou comunidade – ou de Estado etc. Não pode jamais existir, exceto como relação abstrata, unilateral, de um todo vivente, concreto, já dado. Como categoria, ao contrário, o valor de troca leva uma vida antidiluviana.¹⁹

Partindo de Postone, podemos afirmar que não existia uma medida de tempo de trabalho socialmente necessário e sua correspondência nos preços. Isto não significa que os homens não conseguissem estabelecer formas de valoração que incluíssem alguma percepção – incompleta em relação à capitalista – do seu trabalho.

A problematização não pode parar no aspecto incompleto da abstração do trabalho concreto. A substância dos preços no pré-capitalismo envolve relações de dependência pessoal e outras relações extra-econômicas – como a interferência sobrenatural na produção – que, no contexto pré-capitalista, desempenham funções econômicas.

A troca de valores de uso estabelecia, com o tempo, um padrão de equivalência que podemos chamar de valor consuetudinário de troca. O próprio Marx aponta para isto:

O que, na prática, primeiro interessa aos que trocam produtos é a questão de quantos produtos alheios eles recebem pelo seu, em quais proporções, portanto, se trocam os produtos. Tão logo essas proporções amadurecem, alcançando certa estabilidade costumeira, elas parecem provir da natureza dos produtos de trabalho (...). De fato, o caráter de valor dos produtos de trabalho apenas se consolida mediante sua efetivação como grandezas de valor.²⁰

Godelier constata esta determinação consuetudinária do valor em sua observação dos baruya e afirma que as taxas de troca eram estabelecidas entre as tribos e tendiam a permanecer as mesmas²¹. Neste sentido, a barganha tinha papel fundamental, respeitando, obviamente, os vínculos de dependência pessoal estabelecidos.

A análise das trocas de mercadorias e, conseqüentemente, dos valores de trocas destas no pré-capitalismo deve ser sensível tanto à contingência das relações sociais de intercâmbio – que

¹⁹ MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 55.

²⁰ MARX, K. *O Capital*. *Op. Cit.* pp. 72.

²¹ GODELIER, M. “Salt money...”. *Op. Cit.* p. 129.

nunca são universalizadas numa realidade fragmentada como a pré-capitalista –, quanto aos elementos que, em cada uma delas, são utilizados e tradicionalmente cristalizados na valoração e no estabelecimento dos preços.

A pouca variação nos preços egípcios registrados em Deir el-Medina é consenso entre os egiptólogos, ao contrário das explicações para este fato. Segundo Kemp, os principais fatores para a constância dos preços seriam: 1) a falta de uma produção em série, que tornaria o preço igual ao mínimo necessário à subsistência do fabricante; 2) a resistência dos compradores a preços mais altos, já que poderiam conseguir os menores preços possíveis nas redondezas²². Janssen, por outro lado, destaca a tradição social como o principal motivo para estabilidade dos preços. Neste sentido, o último autor adéqua-se ao pensamento acima exposto acerca da instituição de um valor de troca consuetudinário e afirma que a oferta/demanda tinham pouca influência nos preços.

A pouca influência da oferta/demanda também está ligada ao caráter hegemonicamente redistributivo da economia egípcia, que garantia a subsistência mínima de grande parte da população, em especial dos artesãos de Deir el-Medina. Portanto, pouco faz sentido o argumento de Kemp de que os preços eram determinados pelo mínimo de subsistência do produtor, que era garantido pelo Estado.

Por fim, resta elaborar uma série de perguntas que ficam em aberto e que podem ajudar a cobrir os rombos teórico-empíricos desta comunicação. Em primeiro lugar, é necessário estudar o valor social de uso dos bens trocados entre os artesãos de Deir el-Medina para podermos chegar a um padrão de equivalência que poderia ser chamado de valor consuetudinário de troca. Trocam-se valores de uso, mas a tradição estabelece equivalências expressas em preços em *deben*. Qual era o valor social de uso de um boi (artigo caro na comunidade)? Quais dos produtos trocados poderiam ser conseguidos através da redistribuição estatal? Estes tinham grande valor consuetudinário de troca? Estas são questões a serem desvendadas.

²² KEMP, B. *Op. Cit.* p. 319.